

Apresentação

1º de junho de 2015

Nesta nova edição da Revista Direito e Práxis (vol. 06, n. 11 de 2015, Abr-Jun) apresentamos o **Dossiê “Direitos e movimentos sociais na primeira metade do século XX: personagens e histórias submersas”**, organizado pelo professor Dr. Gustavo Silveira Siqueira, membro do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ, também da linha de pesquisa de Teoria e Filosofia do Direito que abriga a revista. O dossiê traz luz a temas da história do direito, especialmente na primeira metade do século XX, que normalmente são deixados de lado nos debates oficiais. O dossiê conta com contribuições inéditas de autores cuidadosamente selecionados pelo editor.

Além disso, trazemos, como sempre, **oito artigos inéditos de autoras e autores do Brasil e Argentina**. Os temas passam pela bioética, teoria do direito, filosofia e teoria crítica. Outra contribuição é a tradução do artigo *“The many faces of Humanitarianism”*, do professor da Birckbeck School of Law, em Londres, Costas Douzinas, traduzido do inglês para o português por meio do fomento do edital de apoio a periódicos científicos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. E, por fim, destacamos também a resenha escrita por duas alunas do PPGDir/UERJ do recém lançado e já muito debatido livro de Boaventura de Sousa Santos, *“O Direito dos Oprimidos”*, em que o autor retrata os resultados de sua tese de doutorado, cuja pesquisa foi realizada na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro na década de 1970.

Relembramos que as políticas editoriais para as seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! **Por fim, informamos que a Revista Direito e Práxis foi avaliada pelo comitê Qualis de periódicos da área do Direito recentemente e recebeu a nota máxima conferida: A1.** Agradecemos, como sempre, aos autores, avaliadores e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação e pelo trabalho de alta qualidade. Nosso projeto é continuar avançando no processo de qualificação, indexação e internacionalização de nossa publicação.

Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**

[English version on the website / Version en español en el sitio]

Dossiê: Direitos e movimentos sociais na primeira metade do século XX: personagens e histórias submersas

Gustavo Silveira Siqueira

Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do CNPq, da Fundação Biblioteca Nacional (PNAP-R) e integrante do programa “JCE” da FAPERJ. E-mail: gustavosiqueira@uerj.br

Usualmente a história do direito é reduzida a uma visão tradicional de seus temas: a história dos grandes homens, presidentes e reis, das grandes obras e legislações, das grandes revoluções, etc. O presente dossiê da Revista Direito e Praxis pretende trazer à tona novos olhares sobre a história do direito. Procura resgatar histórias escondidas ou esquecidas na primeira metade do século XX, lançando novos olhares sobre os movimentos sociais, autores, personagens, leis e experiências que comumente não são o foco do debate acadêmico da história do direito. O objetivo é resgatar projetos, vivências e críticas que possam contribuir para discussões e problematizações sobre o presente e construir novas perspectivas para o futuro.

Desta forma, o projeto do dossiê apresenta várias rupturas com os modelos tardicionais de pesquisa jurídica e histórico jurídica. Procurou discutir temas pouco debatidos na historiografia jurídica, como as greves no Estado Novo, a condição dos selvículos na década de 30 ou a influência argentina na constituinte brasileira de 1946, ao mesmo passo que deu novos olhares sobre temas algumas vezes conhecidos e muitas vezes não pesquisados. Esta é a contribuição de textos que rediscutem a Revolta da Chibata sobre um novo olhar ou que rediscutem o pensamento pouco debatido de autores consagrados como Pontes de Miranda e Hans Kelsen.

Apresento aqui, os trabalhos que serão tratados no volume, na esperança que eles possam contribuir para uma visão plural das pesquisas e do pensamento crítico sobre a história do direito no Brasil.

Pedro Jimenez Cantisano, da Universidade de Michigan, abre o dossiê com “Lares, Tribunais e Ruas: A Inviolabilidade de Domicílio e a Revolta da Vacina” problematizando a Revolta da Vacina sob um olhar jurídico. Através de jornais da época, manuais para estudantes de direito, revistas jurídicas e processos, busca, nas discussões sobre a inviolabilidade do domicílio, problematizar também a Revolta da Vacina. O artigo contribuiu para uma discussão jurídica sobre a famosa revolta, tão importante para entender a sociedade, o direito e as mentalidades do período.

Trabalhando com a década de 20, Thiago Freitas Hansen, da Universidade Federal do Paraná, com o texto “O pensamento jurídico sobre o indígena em períodos de modernização”, discute a representação do indígena através da invenção da categoria jurídica do silvícola. Utilizando a literatura do período e o complexo normativo, o artigo tenta compreender as mediações jurídicas entre o Estado e os povos indígenas.

Gilberto Bercovici, da Universidade de São Paulo, contribui com as discussões do problema das classes sociais e do Estado Integral em Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda. Em “O Estado Integral e a simetria das classes sociais em Pontes de Miranda: o debate dos anos 1930”, Bercovici resgata o debate das décadas de 20 e 30 e a defesa feita pelo autor alagoano do “papel ativo do Estado na reestruturação social, devendo este ser o responsável pela ‘desproletarização’ das classes proletárias e pela socialização progressiva dos meios de produção.” Um dos grandes méritos do texto é trazer ao debate temas e problemas que foram esquecidos na obra do autor, conhecido maioritariamente por suas obras de direito civil e que tem importância para entender o período que o Brasil vivia naquele momento. Pontes de Miranda escreve, por exemplo, que “igualdade jurídica sem a igualdade econômica e a efetiva igualdade política é apenas forma sem substância.”

Em “O parecer de Kelsen sobre a Constituinte brasileira de 1933-1934”, apresento a história submersa do parecer que o famoso jurista austriaco escreveu sobre o processo constitucional brasileiro do período. Resgatando a publicação original da década de 30, o autor colaciona ao debate histórico jurídico a preocupação do período com a construção jurídica de um país, pós Revolução de 30 e a influência de Kelsen, já neste período, nos meios jurídicos nacionais.

Também de minha autoria, em “Experiências de Greve no Estado Novo”, o direito de greve no Estado Novo é debatido. Pretendo colocar à prova a afirmação de alguns historiadores de que não existiu greve no Estado Novo. Trazendo nova pesquisa documental e uma pluralidade de fontes, demonstro experiências que greve, que podem por em cheque as afirmações de ausências de greves nesse período.

Fechando o dossiê, Ezequiel Abásolo da Universidade Católica da Argentina escreve o artigo “O direito argentino nos debates constitucionais brasileiros de 1946”, no qual resgata a influência argentina na Constituinte brasileira. A inovação do brasilianista está em reconstruir os debates e mostrar a transmissão de ideias, modelos e projetos normativos entre os países da América do Sul para além da influência européia e norte americana.

Boa leitura!

Expediente desta edição

Editor: Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Editora Executiva: Carolina Alves Vestena, UERJ, Brasil

Comissão Executiva

Helena Ferreira Matos, UERJ, Brasil

Letícia Gouvêa, UERJ, Brasil

Lorena Schmidbauer Penna, UERJ, Brasil

Renata Sabbatino, UERJ, Brasil

Táisa Rodrigues, UERJ, Brasil

Conselho Editorial / Editorial Board

Dra. **Ágnes Heller**, New School for Social Research, EUA

Dr. **Alexandre Garrido da Silva**, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. **Alfredo Culleton**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. **Andrés Botero Bernal**, Universidad de Medellín, Colômbia

Dra. **Bethania Assy**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. **Costas Douzinas**, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. **Deisy Ventura**, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. **Guilherme Leite Gonçalves**, Freie Universität Berlin, Alemanha

Dr. **João Maurício Adeodato**, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. **James Ingram**, MacMaster University, Canadá

Dr. **Luigi Pastore**, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. **Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira**, UFMG, Brasil

Dr. **Paulo Abrão**, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. **Rosa Maria Zaia Borges**, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores / Referees

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Ana Lia Vanderlei Almeida**, Universidade Federal da Paraíba; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Carolina Medeiros Bahia**, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; **David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Fabiana Luci de Oliveira**, Universidade Federal de São Carlos, Brasil; **Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Uniguaçu, Brasil; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Hector Cury**, Unipampa, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Iagê Zendron Miola**, Universidade de Milão, Itália; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, EUA; **João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **José Rodrigo Rodriguez**, UNISINOS, Brasil; **Leonardo Barbosa**, UERJ, Brasil; **Letícia Paes**, Birkbeck University of London, Reino Unido; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, EUA; **Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath**, UNB, Brasil; **Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Maria Gabriela Viana Peixoto**, UERJ, Brasil; **Mayra Cotta**, UERJ, Brasil; **Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Monique Falcao Lima**, UERJ, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Orlando Aragón Andrade**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Orlando Villas Bôas Filho**, USP, Brasil; **Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renata Ribeiro Rolim**, UFPB, Brasil; **Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Ricardo Pazello**, UFPR, Brasil; **Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Rodolfo Liberato de Noronha**, UFF, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Thiago Arruda**, UFRSA, Brasil; **Thiago Reis e Souza**, Direito FGV - São Paulo, Brasil; **Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil.